

Pronunciamento do Deputado Federal José Guimarães (PT-CE), líder da minoria na Câmara dos Deputados, proferido em 19/5/2009 durante sessão plenária da câmara dos deputados

Eu queria falar três coisas nesse momento: a primeira coisa é fazer um registro de reconhecimento. Eu exerci por dois anos a liderança do Governo aqui nesta Casa e nunca vi uma categoria tão civilizada no trato com essa Casa como os advogados e advogadas da AGU. Muitas vezes, a gente sobe na Tribuna e declara apoio, mas há momentos em que nossas posições aqui dentro contradizem aquilo que muitas vezes nós falamos. Eu lembro da famosa PEC 443. Naquele momento de intensa disputa aqui dentro, quando nós dizíamos que não daria para aprovar a lei, sem fixar um apoio incondicional nosso para com aqueles que promovem a garantia do Estado de Direito no Brasil, que são os Advogados Públicos, em especial os da AGU.

A PEC não passou, evidentemente. Alguns avanços nós tivemos. Acho que neste momento, nós deveríamos fazer uma força-tarefa para fazermos um gesto. A melhor forma de ajudar é votar a urgência desse PLP. Já por três vezes, na reunião dos líderes que participamos todas as terças-feiras, esse PLP está na pauta e alguns líderes pedem a retirada com argumentos de quem tem divergências sobre um ou outro ponto. Se há divergências, vamos discutir. Desde que eu era Deputado Estadual eu já dizia: tem dois primos pobres nas carreiras de Estado, que são a Defensoria Pública e os Advogados da AGU. Nós demos todo o tipo de apoio às outras carreiras de Estado. Está na hora de darmos esse apoio também aos advogados da AGU.

Governos passam, nossos mandatos passam. Mas, as carreiras de Estado que promovem a Advocacia Pública e têm compromisso com o Estado Democrático de Direito, continuam. Portanto, não pode ser uma coisa transitória. Vocês representam muito. Sempre que chegavam projetos de outras carreiras, corremos para aprovar e os advogados públicos acabavam sempre ficando em segundo plano.

Então, diante dos aplausos que recebemos aqui, vamos colocar a urgência desse projeto na pauta da próxima terça ou quarta-feira.